



SINAIS DE VIDA

CARTAS DA GUERRA
1961-1974

JOANA PONTES

Prefácio de ANICETO AFONSO

L I S B O A
TINTA-DA-CHINA
M M X I X

ÍNDICE



Nesta edição, respeita-se a grafia original da correspondência transcrita, mesmo quando esta contém erros ortográficos, uma vez que as cartas têm o estatuto arquivístico de documento.

© 2019, Joana Pontes
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6-A
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Sinais de Vida.*
Cartas da Guerra, 1961-1974
Autora: Joana Pontes
Prefácio: Aniceto Afonso
Revisão e composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Novembro de 2019

ISBN 978-989-671-522-9
Depósito Legal n.º 462598/19

| | |
|---|-----|
| Prefácio, <i>Aniceto Afonso</i> | 9 |
| Nota de abertura | 19 |
| Sobre «As palavras escritas no papel e em alma» | 25 |
| A vida por uma mensagem | 63 |
| Viver a guerra | 201 |
| Epílogo | 367 |
| Notas | 371 |
| Fontes e bibliografia | 391 |
| Agradecimentos | 407 |

*«E sempre que nos disserem que este é o mundo possível,
saber que é a morte quem nos fala, e que nós somos
os outros, os que a combatem.»*

*– TIAGO RODRIGUES, *Sopro**

PREFÁCIO

«SINAIS DE VIDA», OU A GUERRA COLONIAL
VISTA PELOS PROTAGONISTAS

Aniceto Afonso

Conheci pessoalmente a Joana Pontes em 2002, quando eu desempenhava as funções de director do Arquivo Histórico Militar. Tinha ela acabado de realizar o documentário para televisão *A Hora da Liberdade* (uma inesquecível reconstituição do dia 25 de Abril de 1974) e a série em 13 episódios *O Século XX Português*, ambos exibidos, com grande êxito, na SIC. Juntamente com dois membros da sua equipa, vinha propor-me a constituição de uma Liga dos Amigos do Arquivo Histórico Militar (LAAHM), com o fim de se efectuar a recolha de espólios e acervos documentais, que muitos portugueses mantinham nas suas casas, como tinham constatado durante as muitas entrevistas feitas para a realização daqueles trabalhos.

Constituída a Liga, desenvolvemos em conjunto, durante mais de três anos, o Projecto Recolha, com apoio do Exército e de muitas outras entidades, que mereceu elogios e aplausos, sendo que muito do seu êxito se deveu ao trabalho desenvolvido por Joana Pontes.

A partir de então, acompanhei sempre, com muito interesse, os trabalhos por si realizados, por verificar que punha neles um inquestionável profissionalismo e criatividade, fazendo de cada um deles um exemplo de qualidade, rigor e talento. Pude seguir a série televisiva *Portugal, Um Retrato Social*, que realizou com António Barreto, aliás, com enorme repercussão pública e generalizado bom acolhimento; os documentários *Nós e a Televisão* e *A Televisão*

e o Poder, emitidos pela RTP, assim como *O Escritor Prodigioso*, documentário dedicado a Jorge de Sena. Toda a sua obra assenta num exaustivo e rigoroso planeamento e num invulgar sentido de responsabilidade, que a motivam a fazer investigações minuciosas, sem as quais, no seu entendimento, os projectos não cumprem os requisitos de qualidade que impõe a si própria.

Tivemos ainda tempo, no âmbito do nosso trabalho na LAAHM, de tomar contacto com a documentação recolhida, em termos de conteúdo, na medida necessária à sua classificação e descrição. O que mais nos impressionou foi a correspondência de guerra, as cartas trocadas pelos militares em campanha com os seus familiares e amigos. Era uma informação volumosa, inédita, valiosa. Senti desde essa altura que a Joana Pontes queria aproveitar este verdadeiro manancial, porque ele poderia constituir um novo olhar sobre a Guerra Colonial, que seria útil, e mesmo necessário. Foi dessa ideia que surgiu o projecto da sua tese de doutoramento. Estes *Sinais de Vida* têm aí a sua origem.

—

Todos os portugueses, homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos, viram as suas vidas condicionadas durante cerca de 15 anos pela Guerra Colonial, entre 1961 e 1975. Toda a população masculina nascida entre 1940 e 1954 esteve, de uma forma geral, sujeita a mobilização militar para cumprir serviço num dos territórios em guerra – Angola, Guiné ou Moçambique.

Mas todos os outros portugueses acabaram por ser envolvidos pelo ambiente social resultante da guerra. Essa relação alimentou sentimentos, influenciou opiniões, provocou ansiedades e desesperos. Todos, mobilizados ou não, viveram os dramas uns dos outros, familiares, amigos, vizinhos e conhecidos.

As guerras geram sempre dúvidas. A Guerra Colonial, travada em longínquos territórios, sem cabal explicação da sua ne-

cessidade, gerou dúvidas sistemáticas, que se foram infiltrando na sociedade e nos espíritos, passado que foi o período inicial da resposta aos massacres no norte de Angola, em Março de 1961.

O regime português da altura, sustentado pela ideia do Estado Novo criado por Salazar na década de 1930, e assente no mítico conceito, entre outros, do império colonial, não compreendeu a mudança do mundo no rescaldo da Segunda Guerra Mundial. Não sentiu, rejeitou mesmo, os ventos da história, que sopravam com força crescente do novo mundo independente. A imutável decisão de resistir a todo o custo, pela via militar, ao direito dos povos dos territórios não-autónomos consagrado na Carta das Nações Unidas, conduziu à insensata política de combater, de armas na mão, esse grande e imparável sentimento independentista.

E se é certo que uma pequena nação europeia, na posse de um imenso império colonial, resistiu prolongadamente à força política da autonomia colonial e à força das armas dos movimentos de libertação, a verdade é que acabou por envolver o povo português num imenso drama colectivo, ao bloquear todas as alternativas à continuação indefinida da guerra.

O próprio regime, incapaz de encontrar uma solução, com base nos princípios das Nações Unidas, nos conselhos das potências amigas, nas propostas dos fóruns internacionais ou mesmo nas iniciativas dos movimentos de libertação e seus aliados, acabou por se mostrar incapaz de enfrentar o problema de forma razoável, através de negociações, que sempre recusou. Acabou mesmo por se pôr em causa a si próprio.

A intransigência do regime português e a sua opção pelo conflito militar como solução para a questão colonial teve consequências extensas e cada vez mais profundas na sociedade portuguesa.

Em primeiro lugar, levou à mobilização de quase 600 mil portugueses (recrutamento da Metrópole) e à sua participação na guerra nos três teatros de operações: quase 300 mil em

Angola, 125 mil na Guiné e perto de 150 mil em Moçambique. Aqueles que recusaram participar na guerra, um número de várias dezenas de milhares, tiveram de sair de Portugal em direcção a países de acolhimento.

Em segundo lugar, estas situações resultantes da guerra modificaram profundamente as relações sociais e familiares. Os militares, afastados dos seus lares durante dois anos, só puderam manter contactos com os seus próximos, pais, irmãos, mulher, namorada, ou mesmo o primeiro filho, através de uma mais ou menos intensa correspondência por via postal. E foi a correspondência que moldou comportamentos, que suportou angústias e apaziguou mágoas de ambos os lados.

—

Os estudos sobre a Guerra Colonial começaram cedo, logo após o 25 de Abril, mas foram escassos durante muitos anos.

O estudo de acontecimentos tão longos e tão profundamente marcantes carece de distância, de perspectiva suficientemente consolidada, de investigação prudente e alargada. A compreensão e explicação da Guerra Colonial deve assentar, como quase sempre, no acesso à documentação oficial, guardada nos arquivos públicos, na consulta da imprensa e da literatura da época, na recolha de memórias dos participantes, na consulta da documentação privada, nas fontes secundárias entretanto publicadas. Analisar o estado da arte é um passo determinante para prosseguir um estudo inovador.

A verdade é que todas estas condições só foram sendo possíveis, e mesmo assim de forma incompleta, com o passar dos anos.

Os arquivos e outras instituições públicas (e também privadas) foram adiando o acesso aos seus fundos documentais relacionados com a Guerra Colonial. De facto, só muito lentamente, num processo que ainda hoje continua, é que foi possível a inves-

tigação histórica ter acesso à documentação. Contudo, lamentavelmente, verificaram-se duas situações incontornáveis – por um lado, os fundos existentes ou disponibilizados eram incompletos, muitos deles diminutos, muitos outros inexistentes; por outro lado, muitos fundos em acesso possível estão desorganizados, são difíceis de consultar, requerem muito tempo de trabalho prévio.

E se há arquivos que fizeram um genuíno esforço de tratamento destes fundos, existem outros que continuam a dificultar a sua consulta.

Além disso, a localização da documentação da guerra é um verdadeiro labirinto para o investigador, que é assim obrigado a investir uma boa parte do seu tempo para construir o roteiro da sua pesquisa.

Também a imprensa da época se tem mostrado um instrumento de utilidade bastante duvidosa, em comparação com o estudo de outras épocas e de outros assuntos da história contemporânea.

Evidentemente, a imprensa não era livre. Para falar da guerra, e é isso que agora nos interessa, devia passar por duas censuras – a militar e a política. A guerra, como a natureza do regime, condicionava profundamente qualquer tipo de liberdade. Quase nada escapava ao lápis censório, mesmo quando o regime concedia algum alívio, em períodos pseudo-eleitorais. Neste período, a imprensa noticia, analisa, discute, explica, dentro das normas do regime. Ou seja, caracteriza-se essencialmente pela concórdância ou pela ausência.

Quando se pretende utilizar a imprensa desta época como fonte histórica, obtém-se muito pouco. Nem sequer o ponto de vista do regime, as dissidências internas, os desencontros de opiniões, ou, tão-somente, as políticas dominantes, a orientação estratégica do regime, as opções perante os conflitos coloniais. Quase nada está na imprensa.

Contudo, e é necessário ter isso em conta, sobra alguma imprensa oposicionista, consentida ou clandestina, moderada ou radical, embora reflectindo todas as limitações da sua própria existência.

De qualquer forma, à medida que se aprofunda a consulta da imprensa, mais se constata a ausência de notícias, a pouquíssima análise, o silêncio da guerra, a penumbra das raras referências. A imprensa desta época reflecte sobretudo a face do próprio regime e a acção dos seus instrumentos, e muito pouco a sociedade que suporta um profundo, extenso e interminável empenhamento militar em três frentes de combate, com um efectivo rapidamente superior a cem mil homens e com mais de dois mortos por dia.

O silêncio imposto pelo regime faz a guerra parecer distante, faz a guerra parecer ausente, de certa forma, torna a guerra inexistente.

Apesar de tudo, o estudo da imprensa e das outras formas de comunicação social é indispensável à compreensão do tempo, das circunstâncias, do ambiente e mesmo de grande parte dos acontecimentos. É relevante que se vá descobrindo a luta travada nos bastidores entre os jornalistas e o sistema, os sinais de alguma rotura nos silêncios do regime sobre a guerra e as operações militares, o esforço de muita gente empenhada em informar, e mesmo em questionar a política seguida pelos responsáveis portugueses, tanto políticos como militares. Como sempre, mesmo nestas circunstâncias, a imprensa (e também a rádio e a televisão) acabam por ser fontes importantes na reconstituição histórica, em especial num tempo em que a História amplia as suas abordagens, o seu âmbito e os seus pontos de vista.

—

Falemos agora das memórias, da recolha de depoimentos dos protagonistas, daqueles que participaram na guerra, que estiveram presentes nos teatros de operações, cada um no seu tempo, no seu lugar e nas suas funções.

A relação dos ex-combatentes com a sua memória da guerra teve um percurso complexo. Começou timidamente após o 25 de Abril, estagnou por vários anos e acabou por florescer em torno da passagem do século, quando se completavam 25 anos do final da guerra. A partir daí, multiplicaram-se os fóruns, os livros de memórias (ficcionalizados ou não), as entrevistas, as publicações individuais ou mesmo colectivas. A abundância de depoimentos, de regressos escritos ou falados, de despreocupadas ou penosas intervenções nas redes sociais, onde tantos têm tido oportunidade de contar a sua história, toda esta corrente de informação, de lembranças, de opiniões vem colocando, como sempre colocaria, um sério problema aos estudiosos que se dispõem a analisar todo este imenso material, que todos os dias se acrescenta.

Estas memórias desordenadas, bissectrizes de lembranças e esquecimentos, vão fixando um património de informação, de estudo e de reflexão disponível para todos, mas especialmente para aqueles que se abalançam a projectos de investigação sobre o fenómeno da Guerra Colonial.

Em paralelo a este manancial, também a universidade acompanhou e fomentou o crescente interesse pelo conflito colonial dos anos 60 e 70 do século xx, promovendo o estudo, a investigação e os projectos sobre o tema. Foram-se por isso multiplicando os colóquios, os seminários e mesmo os congressos, reunindo especialistas nacionais e estrangeiros, interessados, professores, alunos, ex-combatentes.

Neste ambiente, têm sido abordados mais e mais assuntos relacionados com o período da Guerra Colonial, concretizados em teses de mestrado e doutoramento, em projectos de

investigação, em parcerias institucionais assentes em protocolos e intercâmbios entre universidades portuguesas e de outros países.

—

Joana Pontes, ao tomar conhecimento, em primeira mão, de um conjunto de correspondência de guerra bastante volumoso acumulado pelo Projecto Recolha, constituindo um corpus significativo sobre o assunto, não podia deixar de reflectir sobre a sua importância. À medida que se apercebeu do seu conteúdo, mais se foi acentuando, nas nossas conversas, a ideia de uma determinada evolução dos assuntos abordados pelos correspondentes, e, em especial, dos sentimentos que expressavam em relação à guerra.

Íamos acreditando que a relação dos militares com a guerra teria evoluído segundo um determinado padrão, ao longo dos 13 anos que ela durou, desde o traumático início em Angola, em 1961, até ao seu fim, com o 25 de Abril de 1974. A ideia ia-se consolidando em torno da hipótese de os militares, depois de um período de apoio à guerra e ao regime nos primeiros anos, terem passado por um período de indiferença e crescente descrédito em relação à sua participação, chegando, aí pelo início dos anos 70, a uma rejeição das razões invocadas pelo regime para justificar a sua continuação.

Este percurso apresentava-se como uma hipótese lógica, ou, pelo menos, uma ideia a explorar. Carecia de um estudo aprofundado, minucioso, sobre toda a correspondência recolhida, carecia, no fundo, de uma tese que pudesse demonstrar (ou não) a ideia que parecia desprender-se da primeira leitura feita por Joana Pontes.

Era um trabalho entusiasmante, sem paralelo em relação à Guerra Colonial, possível modelo para outros projectos que se

escondem em muita outra correspondência guardada em casa de muitos ex-combatentes ou na posse dos seus descendentes.

Foi este o estudo que a Joana Pontes fez para a sua tese de doutoramento. Se demonstrou ou não a ideia inicial só a leitura deste *Sinais de Vida* nos permitirá saber... Mas, como em todos os seus trabalhos, também este assenta num invulgar sentido de responsabilidade e num exaustivo e rigoroso planeamento. Este é, sem dúvida, um contributo para a compreensão da Guerra Colonial, que será indispensável conhecer e consultar, a partir de agora, por todos os que queiram prosseguir no aprofundamento do estudo dessa época singular na história de Portugal.

Entretanto, fica declarada a minha gratidão por este estudo e pela oportunidade que tive de o acompanhar, expressa vontade da minha amiga e sua autora, Joana Pontes.

NOTA DE ABERTURA

Há memórias que trouxe comigo muitos anos sem saber bem de onde vinham ou o que significavam. Falo delas neste início porque são a razão de ser, naturalmente longínqua, da tese de doutoramento em História que está na origem deste livro.

Primeira memória

Um dia, era eu muito pequena, talvez com seis anos, a minha mãe levou-me ao Hospital Militar de Luanda. O meu avô estava internado com uma crise de asma, e íamos visitá-lo. Trabalhava na Marinha, embora fosse civil. Entrámos no hospital. Não me lembro do sítio, apenas que agarrei a mão da minha mãe com força. Cheirava a éter e a outras coisas que sempre associei às doenças. Andámos pelos corredores até chegarmos a uma sala grande com muitas camas, tudo pintado de branco – a enfermaria. Fui logo direita ao meu avô. Estava deitado, com uma máscara azulada na cara de onde saía um tubo que a ligava a uma garrafa grande e metálica ao lado da cama. Oxigénio, disse a minha mãe. O meu avô pegou-me na mão e apertou-me um bocadinho. Estava triste, e eu fiquei incomodada. Soltei devagar a mão e pus-me a olhar para as outras camas. Em frente, estava um homem com uma perna totalmente envolta em ligaduras, suspensa num apoio que vinha do tecto branco. Os braços e uma parte da cabeça estavam também ligados. Ao lado, havia

outro que não tinha uma perna. Agarrei na mão da minha mãe com força, e ela disse: «Vieram da guerra.» «Qual guerra?», perguntei baixinho. «A nossa guerra», respondeu-me a minha mãe, como se fosse evidente. Nada mais perguntei. Ficava a saber que havia uma guerra que era nossa, não muito longe, e que era de lá que vinham estes rapazes que estavam com o meu avô na mesma sala branca.

Segunda memória

Passa-se numa casa em Luanda, onde vivo com os meus pais e irmão. Estou numa sala ampla, o chão é em pedra, de várias cores, com uns desenhos miudinhos dispostos num padrão aparentemente irregular. Numa das paredes, há duas janelas altas, com persianas quase sempre corridas até meio por causa do calor. Lembro-me muito bem de um móvel grande com rádio, gira-discos e altifalante incorporado a que chamávamos *pick up*. É meio da tarde, tenho seis ou sete anos e estou sentada no chão a dobrar um maço de papéis, uns amarelos, outros azuis, outros rosa. A minha mãe é enfermeira, está ao serviço da Cruz Vermelha e pediu-me para fazer isto porque estou de férias. Dobro os papéis pelo tracejado impresso nas margens, devagar, ouvindo o programa da tarde que a rádio transmite.

Diz-me a minha mãe que estes papéis são como se fossem cartas. Com as dobras acentuadas, ficarão prontos para ser escritos e depois enviados para longe, para a Metrópole. Não sei bem o que é a Metrópole. Para mim, é apenas a linha final do endereço das cartas que tenho de escrever no Natal para uma tia-avó que mal conheço.

Na rádio, oiço uma suave voz feminina dizer números e nomes de soldados, e também de pais, mães, irmãos e noivas, e as terras onde se encontram, longe, na Metrópole. A voz agradável termina as longas sequências de dedicatórias de uns para outros

com músicas que vão sendo pedidas tarde fora. Com muita saudade, com amor, com muita amizade e carinho, desejando que este tempo passe depressa, seja breve...

Na minha ideia de criança, não compreendo a razão destas saudades e separações, mas a voz e as músicas são uma lengalenga que me vai entorpecendo na quietude da tarde.

Passaram muitos anos de esquecimento sobre estes momentos. Um dia, ao ter nas mãos aerogramas escritos durante a guerra colonial e ao ler cartas em que se falava destes programas de rádio para matar saudades, estas recordações voltaram e ganharam significado.

Vim de África em 1974. Cheguei em Junho para passar férias e acabei por ficar. A minha família veio um pouco mais tarde, sem sobressalto maior do que uma adaptação que, apesar das circunstâncias, não se revelou particularmente difícil. Acabei os estudos e comecei a trabalhar. Fiz a minha própria família. Há uns anos voltei à escola. Inscrevi-me num curso de doutoramento em História. Trazia como projecto de investigação o estudo da guerra colonial através da correspondência. Como realizadora de séries e filmes para televisão sobre temas relativos à história contemporânea de Portugal, trabalhei com arquivos desde sempre. Foi nessa circunstância que conheci alguns militares, entre eles o coronel Aniceto Afonso, então director do Arquivo Histórico Militar (AHM). Com eles fui aprendendo, da guerra e dos homens que nela participaram, o que não se sabia, não se perguntava e, habitualmente, não se dizia.

Do cruzamento entre a minha vida profissional e essas amizades nasceram vários projectos, entre os quais a constituição da

Liga dos Amigos do Arquivo Histórico Militar (LAAHM). O objectivo foi o de contribuir para o enriquecimento do património do Arquivo e, de forma mais específica, evitar o desaparecimento da memória escrita da guerra que decorreu em África entre 1961 e 1974, traços da vivência de uma parte considerável da população portuguesa que, sobre este conflito, se expressou em cartas e diários, entre outros registos. O progressivo desaparecimento destes arquivos pessoais, cujo destino frequente é a fogueira ou a dispersão na Feira da Ladra e outros mercados, está a levar à perda de um posto privilegiado de observação desse tempo.

Assim começou o Projecto Recolha, generosamente apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela agência de publicidade Guerreiro DDB, entre outras empresas e voluntários. Entre 2003 e 2010, foram feitos 133 depósitos no AHM, dos quais 72 estavam dentro da cronologia da guerra e, dentro destes, 16 continham correspondência que foi escrita entre 1961 e 1974. Iniciou-se o seu tratamento arquivístico e preservação. Foram contabilizadas cerca de 4400 cartas e aerogramas, aproximadamente 11 300 páginas. Acompanhavam estes depósitos algumas declarações de intenção, que faziam um apelo em relação à história da guerra e dos ex-combatentes: não os condenar ao esquecimento e dar a conhecer uma certa vida que passaram, participando assim na criação de uma memória colectiva e legitimada.

Depois da mudança de regime político em Portugal, em 1974, as memórias da guerra e do fim do Império ficaram, num primeiro momento, postas de lado, o que está de acordo com o carácter traumático deste episódio maior da nossa história recente. O regime ditatorial não conseguiu encontrar uma solução política que pusesse fim ao conflito, que durou 13 anos, e a descolonização que se seguiu à revolução levou à saída de mais de meio milhão de portugueses das ex-colónias. A maioria veio para Portugal e teve de recomeçar vida. Seguiram-se tempos de grandes dificuldades para

o país. É melhor esquecer quando se torna demasiado difícil recordar. E, durante muito tempo, quase todos pareceram ter esquecido.

Mas, após a fase de repressão dessas memórias, a lembrança destes acontecimentos marcantes voltou, de forma instável e crítica, surgindo como uma revolta contra o silêncio. Este facto liga-se a uma questão fundamental colocada pelo historiador Antoine Prost em relação à guerra da Argélia que é, também, de extrema pertinência no caso português: de que forma a legitimidade percebida de uma guerra pode condicionar o futuro dessa memória e, por conseguinte, da história?

Após 1974, com a mudança de regime e a vida em democracia, a guerra colonial passou a ser encarada como ilegítima. A ideologia dominou o debate e impediu o reconhecimento e a integração da memória dos envolvidos na memória colectiva do país através da narrativa histórica.

A memória de retornados das ex-colónias e de ex-combatentes permaneceu, durante muito tempo e em grande medida, uma memória privada, com pouca expressão pública, embora os primeiros se tenham inserido na sociedade portuguesa, constituindo um dos casos mais bem sucedidos de que há registo, comparativamente com outras situações semelhantes.¹

A memória pública da guerra tem sido difícil de constituir, e as comemorações oficiais são olhadas com desconfiança, à luz de um discurso de compensações necessárias, morais e materiais. Existem, neste momento, comunidades que se constituíram para invocar e comemorar um passado comum, partilhado por grupos específicos, com mais ou menos organização formal, passível de se alargar a um conjunto mais lato de ex-combatentes.² Os almoços de confraternização, organizados por associações de antigos combatentes ligados a armas específicas dentro das Forças Armadas, ou a determinados teatros de guerra, ou, ainda, obedecendo a outros critérios, são dos principais momentos de

rememoração deste passado comum. A existência de um grande número de *sites* na Internet e as possibilidades de comunicação que as redes sociais oferecem têm permitido uma surpreendente circulação de fotografias, narrativas e testemunhos, possibilitando reencontros e organizado viagens às ex-colónias, aos locais onde outrora se viveu a guerra.

Estas comunidades procuram dar existência pública e visibilidade às memórias individuais, integrando-as numa narrativa colectiva da guerra, a legitimar pela sociedade em sentido lato, que seja compatível com os princípios e valores aceites pela comunidade em que se inserem.³ Não sendo fixa nem definitiva, a memória confere sentidos e significados às recordações, determinando a forma, positiva ou negativa, como são percebidas e vividas no presente. É este o trabalho que está a ser feito, frequentemente de forma descontínua e nem sempre do modo mais pacífico.

A presença de depósitos relativos à guerra colonial no AHM reflecte este desejo, embora a reduzida dimensão face ao que se calcula existir evidencie alguma desconfiança e insegurança em relação às instituições e à utilização destes registos. A abordagem destes *conservadores* privados exige uma acção continuada e requer cuidados redobrados, pois o valor que é atribuído pelos próprios, ou pelos familiares, aos seus papéis particulares traduz-se, frequentemente, numa ambiguidade relativa à sua preservação e utilização por terceiros.

Não creio que quem conservou a correspondência o tenha feito apenas para mais tarde lembrar tempos passados. Terá sido, também, para não os deixar cair no esquecimento. Guardar e arquivar são gestos que supõem uma consciência individual dos acontecimentos vividos e a vontade de deixar testemunho ou, como diria Jorge de Sena, de se libertar da morte sem deixar de morrer.

SOBRE «AS PALAVRAS ESCRITAS NO PAPEL E EM ALMA»



Amigo José...

Amigo José cá recebi a sua carta no dia 2 do corrente e onde vi tudo que me manda dizer e desde já lhe digo para que tenha sempre a fé em Deus que aqui todos nós rezamos por si e por todos que lutam por Portugal que é a nossa querida Pátria.

Amigo José receba deste seu amigo um conselho: tenha sempre coragem e valentia para que tudo corra por bem pois tenho fé em Deus que isto está por pouco e então breve o teria-mos na nossa companhia bem como de todos os que aí lutam e então fazia-se aqui uma grande festa em sua honra e na do namoro da Maria bem como do colega dele e depois tratava-se do seu futuro que espero que seja risonho pois são esses os meus desejos e que você bem merece.

Não estava por pouco a duração da guerra que começou em Angola em 1961, como desejava o autor desta carta ao escrever a um amigo, incorporado nas primeiras companhias de caçadores que partiram para a colónia com o objectivo de constituir o dispositivo militar necessário à reocupação do território sublevado a norte.

A «grande festa» do regresso, que haveria de reunir também o «namoro da Maria» e o «colega dele», será dois anos depois, em 1963, e estarão ausentes muitos outros rapazes e amigos que entretanto haveriam de partir para África.

Tal como José, cerca de 700 mil militares oriundos da Metrópole¹ vão participar numa guerra que irá durar 13 anos,

**VIVER
A GUERRA**



«SÓ AS CARTAS SÃO O MEU DIÁRIO»

Apresenta-se agora uma reflexão sobre o modo como a vivência da guerra foi passada a escrito pelos próprios militares. A correspondência é analisada, em sequência cronológica, tendo em atenção as considerações que estes fizeram sobre a situação concreta em que se encontravam, os seus aquartelamentos e rotinas, missões e contactos com o inimigo, bem como o que pensaram sobre a instituição militar que os enquadrou.

ANGOLA, 1961-1963, «HONRA E GLÓRIA»

A 13 de Junho de 1961, o batalhão de caçadores em que José está incorporado embarca no navio *Moçambique* com destino a Angola. A partida será a 15, e a viagem irá demorar dez dias, atracando o navio no porto de Luanda no final do dia 25. Sabemos pela História da Unidade que o batalhão desembarcou no dia seguinte às 05h30, tendo os militares sido alojados no liceu feminino D. Guiomar de Lencastre.¹

«Honra e Glória» é a divisa deste batalhão de infantaria, composto por três companhias de caçadores, fazendo parte do 4.º contingente de tropas a chegar a Angola. Sairá de Luanda a 7 de Julho para uma primeira paragem em Vila Salazar (hoje N'dalatando), onde os militares irão receber, durante uma semana, «instrução intensa, especialmente de tiro instintivo». Daqui partirão para o Negage, pequena localidade da província do Uíge,

SINAIS DE VIDA

foi composto em caracteres Hoefler Text e impresso pela

Guide, Artes Gráficas, em papel Coral Book de 80 g,

no mês de Novembro de 2019.
